

O negócio de partilhar

A *economia de colaboração* é uma realidade com [milhões de utentes em todo o mundo](#) ao abrigo de um guarda-chuva onde se refugiam modelos de negócio muito diferentes. A falta de legislação faz com que todos nos pareçam iguais, mas alguns deles estão a converter em multimilionários os poucos que souberam aproveitar a onda, enquanto que outros preferem manter-se fiéis ao espírito dos princípios.

A economia de colaboração aparecia há alguns anos como modelo idílico de consumo: partilhar e trocar bens e serviços entre cidadãos, de modo gratuito. Teoricamente, não era necessário desenvolver legislação para regulamentar este comércio, visto que se tratava de uma troca entre particulares, que não tinha por objetivo o lucro económico para nenhuma das partes. Contudo, parece que a passagem do tempo converteu esses ideais noutros mais “egoístas”.

O *boom* do consumo de colaboração dos últimos anos deu muita força a algumas das plataformas que permitem pôr em contacto os utentes. Entre elas, existem as que se juntaram a esta atividade da partilha esquecendo que o objetivo original não é obter um lucro económico; pelo menos, não o único nem o mais importante. Desta maneira, algumas *apps* converteram-se em empresas que, hoje, não estão a ser regulamentadas como tais.

Os setores mais afetados por este novo modelo (hotéis, transportes e terceiro setor em geral) têm vindo a pedir aos governos que apliquem as leis da mesma maneira para todos. [Nas palavras de Jonathan Askin](#), professor da Brooklyn Law School: “É irónico que falemos de um novo conceito da economia da partilha quando, na realidade, estamos a criar a forma mais pura de feroz capitalismo”.

Além disso, embora pareça que somente se fala do que embolsam as grandes plataformas, os utentes individuais também podem fazer negócio graças a elas. Segundo a [revista “Forbes”](#), houve lucros superiores a 3500 milhões de dólares em 2013 e provavelmente mais 25 % em 2014.

Embora as plataformas de consumo de colaboração estejam a envolver muitos setores, possivelmente, o caso mais paradigmático será o dos automóveis partilhados. A [Uber](#) é uma empresa de motoristas não profissionais que entraram em

confronto contra as associações de taxistas (tal como outras similares: a Lyft ou a SideCar). Diversamente de *apps* como a [Blablacar](#) ou a [Amovens](#), a Uber não põe em contacto os utentes que venham a fazer a mesma rota, permitindo sim que qualquer pessoa com um automóvel se ofereça para ser motorista de quem o necessitar, por um preço inferior ao que cobraria um profissional. A Uber cobra 20 % do custo de cada trajeto. Os seus condutores não têm taxímetro nem licença e, como todos os modelos desta nova economia, baseia-se na confiança e nas pontuações dos utentes. A Uber funciona em 250 cidades de 50 países e está [avaliada em 40 000 milhões de dólares](#).

O estado da Califórnia foi o [primeiro a regulamentar este tipo de serviços](#) em 2013, através da California Public Utilities Commission (CPCU), que, no entanto, no ano anterior havia decidido proibi-los. Para a CPCU, os utentes destes serviços são agora “passageiros *charter*” e, tanto as empresas como os seus clientes ficam sujeitos a uma lista de [28 normas básicas](#), entre as quais, a comprovação dos antecedentes criminais do condutor, ou um seguro mínimo de acidentes que cubra os utentes.

A verdade é que, embora à primeira vista possa parecer que a não intervenção por parte do Estado irá proporcionar apenas vantagens, a realidade é que “os trabalhadores da ‘economia de partilha *à la carte*’ [condutores Uber ou anfitriões do [Airbnb](#), por exemplo] estão a operar em condições similares às do século XIX, quando os trabalhadores não tinham poder nem direitos legais”, como afirma Robert Reich, professor de Política Pública da Escola Goldman da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Na Europa, o processo é mais lento, mas ao que parece caminha na mesma direção. De momento, apesar das muitas críticas feitas por parte dos setores profissionais que se dedicam aos transportes - especialmente dos taxistas -, [a Comissão Europeia recusou proibir este tipo de empresas](#), por considerar que se trata de um acordo livre entre cidadãos; mas proibiram-no alguns países, entre os quais, Espanha, França e Alemanha.

A Uber apresentou uma queixa perante a União Europeia pelas restrições que está a sofrer. A sua posição foi exposta num documento de 38 páginas onde se define a si própria como empresa que atua através de um “negócio de *software* que é tecnologicamente inovador” e não como uma empresa “transportadora”. A UE não tomou ainda medidas, mas

[recordou que as competências dos serviços de táxi](#) não recaem sobre ela, mas sobre cada Estado membro.

Em Espanha, por exemplo, já se nota a pressão: assim, [em Madrid, baixou a tarifa de táxi](#) de 45 municípios da comunidade, igualando-a à da capital. Também levou a que surjam outras iniciativas dirigidas não a competir com os taxistas, mas a facilitar-lhes um sistema alternativo de contacto com os clientes. Por exemplo, a aplicação MyTaxi, surgida em 2009, de origem alemã, que já está presente em vários países (Alemanha, Áustria, Espanha, Polónia, Itália), e na qual participam 45 000 automóveis. Condição necessária para oferecer o veículo próprio é ser taxista com licença. Os utentes inscrevem-se na *app* e utilizam-na para pedir o táxi, especificar eventuais preferências e pagar também através do telefone, pela prévia inserção dos próprios dados bancários no momento da inscrição. A sociedade atua na Alemanha com uma comissão que oscila entre os 3 % e os 15 %; em Espanha, existe uma comissão fixa de 0,99 cêntimos por corrida.

Entretanto, um juiz espanhol solicitou que o Tribunal Europeu de Justiça determine se a Uber é uma mera atividade de transporte, ou um serviço eletrónico de intermediação de serviços de sociedade.

Apesar disto tudo, os mais puristas defensores do consumo de colaboração continuam a defender que só se pode considerar essa atividade característica como tal, quando se tratar de intercâmbios entre particulares. Albert Cañigual, um dos maiores especialistas no tema que há em Espanha, [refletiu numa entrevista](#) a necessidade de regulamentar a atividade das empresas que se refugiam debaixo do guarda-chuva da colaboração, mas não com as mesmas condições que uma empresa tradicional. Todavia, ao falar da Uber, afirmava: “coloca sobre a mesa o debate sobre o sistema do transporte, mas não cumpre os valores da colaboração”.

Por isso, surgiu, há poucos meses, a plataforma Sharing España, que agrupa [36 empresas que querem](#) “divulgar e fomentar a economia de colaboração e as atividades *peer to peer* como modelo de desenvolvimento económico aberto e sustentável”, distinguindo-se de outras que procuram só o lucro económico. Nos EUA, começou um movimento similar, dirigido por Ranan Lachman, ex-banqueiro de Wall Street e fundador da [Pley](#), uma empresa que aluga brinquedos Lego a famílias.

Lachman entende que este modelo é também uma aproximação aos chamados *Millennials*, a geração de jovens que, entre outras coisas, não tem nenhum desejo de começar uma qualquer atividade nem de possuir, mas que prefere desfrutar de experiências com os outros: “as novas gerações querem ser parte de algo que vá para lá do ganhar dinheiro. As empresas que desejem chegar a esses *Millennials* deveriam prestar atenção ao que lhes interessa”.

Para os seus defensores, a expansão da economia de colaboração não se deve apenas a um motivo económico e não deve promover-se somente como mais um negócio.

[Afirmava um jornalista do diário “El País”](#): “40 % dos alimentos do planeta são desperdiçados; os automóveis particulares passam 95 % do seu tempo parados; nos EUA, há 80 milhões de berbequins cujos donos só os usam 13 minutos em média, e um condutor inglês desperdiça 2549 horas da sua vida a circular pelas ruas à procura de estacionamento. Será que podemos consentir esse desperdício?”.

C. G. H.

“Charlie Hebdo”, a corrente e o macaco

A publicação satírica aprendeu muito bem contra quem não criticar. Agora volta-se contra Deus.

Um refrão das Caraíbas aconselha, à pessoa demasiado atrevida, que se abstenha de ultrapassar os limites num assunto delicado, pois isso pode gerar-lhe graves consequências. “Brinca com a corrente, mas deixa em paz o macaco”, costuma dizer-se, e um ano depois do ataque terrorista contra o semanário francês “Charlie Hebdo”, verifica-se a validade do ditado.

Para assinalar o aniversário dos assassinios, a revista satírica anunciou a publicação de uma primeira página singular: uma caricatura de Deus, um Deus carrancudo, armado com uma espingarda e com as vestes ensanguentadas. Na base da caricatura, uma sentença: “Um ano depois, o assassino continua à solta”.

Poderia aplaudir-se a “coragem” do pessoal do “Charlie Hebdo”, a sua persistência em não se deixar amedrontar, em defender a liberdade de expressão e continuar a criticar as religiões, que é, ao que se vê, a sua “religião” particular... Mas não. No seu questionável zelo pela defesa das liberdades, erraram ligeiramente o culpado. Ou será talvez um “descuido”, o facto da divindade representada se assemelhar tanto à maneira como a iconografia católica tem representado desde há mais de 17 séculos Deus Pai: um ancião, de barba prolixa, vestido com uma longa túnica e com o símbolo da Santíssima Trindade sobre a sua cabeça branca?

Pois bem: será assim, na base da facilidade, que os bravos sobreviventes da matança se vingarão dos fanáticos que metralharam os seus colegas: insultando terceiros, mais exatamente os que se sabe não irão responder armados com kalashnikovs. Por tal motivo, nas redes sociais, alguns ficaram surpreendidos com a nova ocorrência, mesmo que longe de mostrar cumplicidade, o denominador comum de vários *tweets* seja uma alusão à cobardia da publicação: “O ‘Charlie Hebdo’ faz da troça o seu *modus vivendi*, isso sim, mudando de ícone, com o passar do tempo”, escreve um. E outro: “Continuem cobardes: mancharam a memória da anterior redação”.

Além disso, este ataque gratuito chama a atenção porque, no verão passado, o editor da revista, Laurent Sourisseau, informou que não se publicariam novamente caricaturas de Maomé. Com o que tinham feito até esse momento,

assegurava, já se havia defendido o “direito à caricatura”. Daí que já não haja lugar para mais um Maomé nu ou em poses ridículas. Embora em nome deste, continue a haver pessoas a ser flageladas, lapidadas ou decapitadas em diversos pontos do mapa islâmico, para o pessoal do “Charlie Hebdo” o tema estava “esgotado”. Talvez seja uma estranha coincidência que tenham declarado “cumprido” o seu objetivo somente alguns meses depois do massacre em Paris.

Hoje, a direção do semanário francês orgulha-se de manter a barra “bem elevada” e lamenta que outras publicações não tenham seguido o seu exemplo. “Ninguém se juntou a este combate, porque é perigoso: podemos morrer”, confessa Eric Porthault, um dos acionistas da publicação, que de vendas com apenas 30 000 exemplares, passou a vender mais de 100 000. Bons números, embora talvez seja difícil gabá-los a partir de uma incômoda clandestinidade de meio termo: o novo paradeiro da redação em Paris é quase um *secret d'État*, um verdadeiro paradoxo numa sociedade democrática na qual os jornalistas, mesmo os mais linguarudos, podem levar os seus filhos à escola e seguir de autocarro para o seu escritório, de direção conhecida, sem maior receio; ou, pelo menos, não com aquele que hoje mostram os “valentes” e “transgressores”...

E há outro paradoxo: com a nova primeira página, que lança um soco a quem não teve qualquer participação nos tristes acontecimentos de um ano atrás, os editores e caricaturistas do semanário revelam um modo de pensar assombrosamente parecido com o dos extremistas islâmicos, incapazes de mostrar tolerância e de evitar ferir as pessoas de credo diferente, o mesmo se passando nas cidades cativas do EI na Síria e no Iraque e nos imaculados palácios das monarquias teocráticas do Golfo.

Talvez por isso, porque tenhamos reconhecido a gravidade do insulto, e porque agora estamos advertidos para as tintas de oportunismo de quem aprendeu seletivamente contra quem atacar e contra quem não o fazer, é que “nem todos fomos ‘Charlie’” às cegas. Nem o seremos.

L. L.

Quando refletir culpabiliza

No âmbito da saúde, cada vez se reforça mais o consentimento informado. Antes de qualquer intervenção, há que assegurar-se de que o paciente compreende como se realizará o ato, que consequências terá e que riscos se correm. A reflexão nunca é de mais, e é dado tempo para

pensar, embora muitas vezes tudo se resolva com a assinatura de alguns papéis.

No entanto, contra esta tendência, a Assembleia Nacional francesa aprovou em dezembro último, a supressão do período de reflexão obrigatório de sete dias antes da pessoa se submeter a uma interrupção voluntária da gravidez. A maioria dos deputados consideraram que impor este período de reflexão “infantilizava” e “culpabilizava” as mulheres. O argumento não deixa de ser curioso. Normalmente aquilo que se considera uma reação mais própria de adolescente é seguir o impulso do momento, para dar uma satisfação rápida a uma preocupação. Pelo contrário, sempre se considerou uma característica do homem e da mulher responsáveis assumirem um período de reflexão antes de uma decisão importante, seja para assinar uma hipoteca, ou comprar um automóvel. Mas talvez o que se queira transmitir é que o aborto não é um assunto importante, mas uma intervenção normal e corrente.

O período de reflexão sugere também a ideia de um debate interior, de uma deliberação em consciência, com a possibilidade de que surja um sentimento de culpa. Daí que se procure eliminá-lo, porque como será possível que o exercício de um direito provoque um mal-estar interior? O importante é andar rapidamente: não pensar nisso duas vezes, não procurar alternativas, não olhar para a ecografia, não inverter o que fica para trás.

Nesta mesma legislatura, tinha sido suprimida também a exigência legal de que a mulher se encontrasse numa situação de *détresse* (angústia), algo que ninguém comprovava mas que ainda fazia recordar que o aborto devia ser algo excepcional, um último recurso. Agora, disse a ministra da Saúde, Marisol Touraine, “a sociedade evoluiu. O aborto não se banalizou, normalizou-se” (o ministro da Economia poderia dizer o mesmo em relação ao desemprego, que se mantém em firmes 10 %, apesar dos esforços do governo socialista).

Esta normalidade significa que, 40 anos depois da legalização em 1975, o número de abortos se mantém a um nível estável e alto: todos os anos se praticam entre 210 000 e 220 000 abortos, contra 800 000 nascimentos. Isto é, uma em cada cinco gravidezes termina em aborto. E isto num país onde, segundo relatórios oficiais, 72 % dos abortos se realizam em mulheres que utilizam métodos anticoncepcionais. Se a princípio se esperava que a educação sexual e a contraceção reduziram o aborto, agora apenas se pretende apresentá-lo como algo normal.

Cumpre-se assim a evolução normal na regulamentação do aborto. O que, de início, é apresentado como excepcional, converte-se em direito, e o que se exigia fizesse o contrapeso dos direitos da mãe e do filho transforma-se em decisão unilateral. Se depois se estranha que o número de abortos é tão elevado, é porque há quem acredite que basta mudar as palavras para que mude a realidade.

I. A.

“La resistencia íntima”

Autor: Josep Maria Esquirol Acantilado.
Barcelona (2015) 178 págs.

Não é frequente encontrar um ensaio que converta a vida corriqueira do ser humano em matéria filosófica. Menos ainda é propor essa vida comum como objeto principal da filosofia. Mas é isso o que faz Josep Maria Esquirol: afirmar que o ser humano compreende quem é e em que consiste a sua existência, não através de abstratas especulações, mas reparando no caráter constitutivo das realidades que lhe são mais próximas, a começar por si mesmo. Como ele próprio diz, “o fundo – ou a substância – da existência não permanece escondido para lá da proximidade, mas nela, no seu seio”.

Esquirol, professor de filosofia da Universidade de Barcelona, parte da experiência humana, universal e quotidiana em simultâneo, da “constante *desagregação do ser*”. Diante dessa constatação da morte, só há lugar para duas atitudes: deixar-se levar ou resistir. A primeira conduz a instalar-se na absolutização do presente e na fatalidade do futuro: não há nada mais do que o atual ou um futuro que escapa por completo à nossa liberdade.

Pelo contrário, quem opta por fazer da resistência o seu modo de existir, descobre de imediato que a sua vida consiste em amparar a vulnerabilidade humana em si próprio e nos outros, a começar pelos mais próximos, e em empenhar-se por compreender o sentido da existência. Daí que o cuidado (de si mesmo e dos outros) e a linguagem apareçam como as dimensões essenciais da condição humana.

Para tecer a sua proposta que, não sendo absolutamente inovadora, é apresentada de modo original, alimenta-se sobretudo de filósofos europeus do século XX. É chamativo que alguns deles são filósofos pós-modernos (Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze) nos quais Esquirol descobre aspetos que são contrários ao decadentismo e pensamento fraco com que costumam ser associados.

Com um estilo cuidado que roça o poético, Esquirol vai desenvolvendo a sua reflexão e aplica-a a muitos aspetos da vida humana e do tempo presente. Ao fazê-lo sem ceder um milímetro ao que ele chama o dogmatismo da atualidade (e outros, a ditadura do politicamente correto), vai semeando o livro de afirmações tão acertadas como contrárias ao espírito do tempo. Assim, por exemplo, reivindica a caluniada ação de *aguentar*, “condição de possibilidade de qualquer ação posterior”; destaca a necessidade do “silêncio como condição da proximidade e da escuta”; abomina a “bisbilhotice e a demagogia (que) são o veneno de qualquer comunidade”; defende a memória que “não é memória do tempo passado, mas ampliação e enriquecimento do presente” ; critica “o império da atualidade (que) é o império das imagens e a ausência da imaginação”; insurge-se contra “instituições, como a universidade, que, em vez de permanecerem num espaço que se situe fora da atualidade, se rendem e se submetem a essa atualidade com solícita servidão” ; assegura que “a firmeza moral se vincula com a epiqueia e a dutilidade, não

com o rigorismo e o imobilismo”; ou adverte para o erro, tão frequente, de “identificar a oportunidade com o excepcional; quando se faz assim, a frustração está assegurada. Há que identificá-la com o *dia a dia*”.

Numa reflexão sobre a condição humana como a erguida por Esquirol, que nos apresenta o homem como um ser que é solícito em face do outro e que aprecia a palavra, está ausente uma referência à transcendência; e, especialmente, o facto de não entrar em diálogo com o cristianismo, que é precisamente a religião que anuncia que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós”. Mas, para lá desta carência, o livro constitui uma das contribuições mais atrativas da filosofia espanhola do momento.

V. B. C.

